

Requerimento de Sessão 38/2026

Protocolo 42845 Envio em 12/02/2026 21:17:53

Requer informações sobre a execução do Plano Municipal de Turismo elaborado por empresa contratada, detalhando ações implementadas e metas futuras.

Excelentíssimo Senhor

FABIO FERNANDO SIQUEIRA DOS SANTOS

Presidente da Câmara Municipal

Estância Turística Paraguaçu Paulista (SP)

O Vereador que a este subscreve, nos termos regimentais vigentes, **REQUER** ao excelentíssimo sr. Prefeito Municipal, Antônio Takashi Sasada informações sobre a execução do Plano Municipal de Turismo elaborado por empresa contratada, detalhando ações implementadas e metas futuras, para as respostas das questões:

1. Qual foi o valor total pago à empresa contratada para a elaboração do Plano Municipal de Turismo e qual o período de vigência do referido plano?
2. Das ações propostas no documento entregue pela consultoria, quais já foram efetivamente implementadas pela Secretaria de Turismo?
3. Quais metas do plano ainda não foram iniciadas e qual o cronograma detalhado para sua execução até o fim da atual gestão?
4. Como a prefeitura avalia o retorno sobre o investimento deste plano em termos de aumento do fluxo de turistas e arrecadação para o município?

JUSTIFICATIVA

A presente iniciativa parlamentar fundamenta-se no princípio da eficiência administrativa e no dever irrenunciável de fiscalização dos atos do Poder Executivo por parte desta Casa de Leis.

É de conhecimento público que o município de Paraguaçu Paulista investiu recursos consideráveis na contratação de uma empresa especializada para a elaboração do Plano Municipal de Turismo (PMT), documento que deveria servir como a "espinha dorsal" para o desenvolvimento estratégico de nossa Estância. No entanto, decorrido um período significativo desde a sua entrega, pairam dúvidas sobre a efetiva aplicação prática desse planejamento no cotidiano da administração.



Um plano de desenvolvimento turístico não pode ser encarado apenas como uma formalidade burocrática para cumprir requisitos estaduais; ele deve ser um instrumento vivo de transformação econômica. A ausência de clareza sobre quais metas foram atingidas e quais ações foram de fato tiradas do papel gera a preocupação de que o dinheiro público tenha sido empregado em um documento estático, sem repercussão real na geração de emprego, renda e atratividade para a nossa cidade.

Além disso, a transparência quanto ao cronograma de implementação é vital para que o setor privado — hotéis, restaurantes, guias e comércio — possa se planejar e investir em sintonia com o poder público. Sem um monitoramento rigoroso e uma prestação de contas detalhada sobre os efeitos causados por esse investimento, corre-se o risco de perder oportunidades de convênios e verbas do DADETUR, que exigem a comprovação de atividade e planejamento constantes.

Portanto, este requerimento busca não apenas quantificar o que foi gasto, mas qualificar o resultado desse gasto. É imperativo compreender se as diretrizes traçadas pela consultoria estão sendo seguidas ou se houve um desvio de rota que justifique o atual cenário de estagnação ou interrupção de projetos. Cuidar para que o Plano Municipal de Turismo seja um motor de desenvolvimento real, e não apenas um arquivo de gabinete, é o objetivo central desta solicitação de informações.

Palácio Legislativo Água Grande, 12 de fevereiro de 2026.

DOUGLAS AMOYR KHENAYFIS FILHO
Vereador

